

**O “HABITANTE” SOB A PERSPECTIVA DA ECONOMIA DO TERRITÓRIO**  
**L’HABITANT SUR LA PESPECTIVE DE L’ECONOMIE DU TERRITOIRE**

**João Alberto Rubim Sarate – Bolsista CAPES**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Universtité Joseph Fourier - UJF

**Dra. Valmíria Carolina Piccinini**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Resumo

O presente ensaio discute o conceito de “habitante” a partir da abordagem da economia territorial e de diversos estudos que tratam da emergência desses “atores sociais territorializados”, responsáveis pela construção coletiva dos espaços nos quais habitam. Por fim, apresenta-se uma proposta teórica de análise da relação entre o modo de habitar e seu impacto no desenvolvimento territorial.

Área temática: Globalização – desenvolvimento territorial e mundialização.

Palavras-chave: Território, habitante, proximidade, cotidiano.

Résumé

Cet essai examine le concept de «l'habitant» a partir du cadre de l'économie du territoire et de nombreuses études portant sur l'émergence de ces «acteurs sociaux territorialisés», responsables de la construction collective des espaces dans lesquels ils vivent. Enfin, on présente une proposition théorique pour l'analyse de la relation entre le mode d'habiter et son impact sur le développement territorial.

Thématique: Développement territorial et mondialisation.

Mots clés: Territoire, l'habitant, proximité, quotidienne.

## O “HABITANTE” SOB A PERSPECTIVA DA ECONOMIA DO TERRITÓRIO

### Resumo

O presente ensaio discute o conceito de “habitante” a partir da abordagem da economia territorial e de diversos estudos que tratam da emergência desses “atores sociais territorializados”, responsáveis pela construção coletiva dos espaços nos quais habitam. Por fim, apresenta-se uma proposta teórica de análise da relação entre o modo de habitar e seu impacto no desenvolvimento territorial.

Área temática: Globalização – desenvolvimento territorial e mundialização.

Palavras-chave: Território, habitante, proximidade, cotidiano.

### INTRODUÇÃO

As mudanças recentes do quadro institucional (econômico, político, social e tecnológico) mundial têm se refletido numa grande diversidade de referências sociais e culturais geograficamente localizadas, e na emergência de novos tipos de relações sociais, de acordo com o território específico nos quais elas ocorram. A economia do território entra em cena como uma perspectiva à compreensão do desenvolvimento econômico engendrado pela competição mundial gerada pelas políticas neoliberais e a reestruturação produtiva global. Contemporaneamente, uma infinidade de regiões desenvolvidas e novas regiões emergem e se caracterizam por oferecerem produtos e serviços tradicionais, diferenciados, muitas vezes com denominação de qualidade específica ligada ao território de origem. Esses espaços (territórios), povoados por diferentes grupos de atores, refletem relações sociais de proximidade bastante peculiares, em diferentes níveis, interconectando questões do mundo da vida e do trabalho, alicerçadas nas referências históricas e na trajetória da consolidação do território.

De acordo com Haesbaert (2010), uma nova valorização do regional aparece no bojo da globalização dos mercados e das comunicações, sendo interpretada como uma revalorização do “local” singular, da diferença. Tais regionalismos podem ser interpretados como um contraponto à globalização via criação de grandes uniões comerciais supranacionais. Segundo Haesbaert (2010), a questão regional retoma hoje sua força devido a intensificação dos regionalismos, identidades regionais e novas-velhas desigualdades regionais. Mesmo em face da globalização homogeneizadora, o que se vê, é uma permanente reconstrução da heterogeneidade e fragmentação via novas desigualdades nos diversos recantos do planeta. Neste sentido, outros temas são incorporados ao debate, como por exemplo: aspectos institucionais (formais e informais, tais como conhecimento, rotinas, capital social, e cultura), inovação, redes, cooperação, regiões que aprendem, entre outros.

Segundo Pecqueur (2009), estamos vivenciando um “momento território” na regulação global do sistema econômico que nos permite antecipar profundas mudanças no mundo industrializado indiferente ao contexto geográfico cultural, além de estimular reflexões sobre os efeitos de tais mudanças efeitos na dinâmica de vida e de trabalho dos habitantes que compõem territórios mundo a fora.

No intuito de melhor compreender o fenômeno território e os aspectos que o cercam, emergem estudos sobre a territorialidade humana, principalmente a partir dos anos de 1990<sup>1</sup>. De forma geral, o entendimento do conceito de território como um espaço dinâmico de práticas sociais fomenta questionamentos importantes sobre a relação dos indivíduos e o espaço habitado, tais como: Como o espaço é produzido e reproduzido? De que maneira tais indivíduos praticam e se apropriam do espaço? Qual o significado desses espaços praticados? Como se dá o processo dinâmico de territorialização com base nas práticas e trajetórias específicas de cada território? Como apreender a dimensão espacial da sociedade humana? Qual o grau de reflexão sobre sua condição de ator territorializado e a capacidade de escolha do sujeito em relação a sua trajetória de vida? Qual o grau de participação desse ator endógeno no desenvolvimento territorial? De que forma o modo de habitar o território pode impactar no processo de desenvolvimento amplo desse espaço? Como os habitantes de territórios específicos articulam vida doméstica e trabalho nesses espaços? Quais os efeitos da existência de relações de proximidade socioeconômica no desenvolvimento territorial? (STOCK, 2004; SARTRE e BERDOULAY, 2005; GUMUCHIAN *et al.*, 2003; RADOMSKY e SCHNEIDER, 2007; HAESBAERT, 2010; OZOUF-MARIGNIER, 2009; BOLBA-OLGA e GROSSETTI, 2006; PECQUEUR, 2009; AZAÏS, 2004; DI MÉO, 1987).

O entendimento de que o processo de construção de territórios dá-se a partir das relações sociais de proximidade inerentes a cada território específico, ou seja, de que o território somente é território *a posteriori* da prática intencional do espaço pelos atores locais, fomenta também estudos que enriquecem a discussão sobre o conceito de habitar, bem como investigações sobre os próprios sujeitos que habitam as múltiplas formas de territorialidades contemporâneas (LEVY e LUSSAULT, 2003; BERDOULAY *et al.* 2010, BERDOULAY, 2005; DI MEO, 1987; LAZZAROTTI, 2012; STOCK, 2004; HOYAUX, 2002).

Sob essa lente, o presente ensaio objetiva, a partir de uma abordagem epistemológica específica, *problematizar a relação entre homem e espaço a partir da hipótese de que o “habitante” (neste caso o ator social endógeno, territorializado) é um ente central na construção sócio-política e econômica de territórios específicos, e que o “modo de habitar” desses atores impacta nos processos de construção e desenvolvimento territorial.* A investigação dessa hipótese faz parte de uma tese de doutorado que está sendo realizada em cotutela franco-brasileira entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de Grenoble, tendo como objeto empírico, três diferentes territórios brasileiros da região da serra gaúcha, vizinhos ao município de Bento Gonçalves: Vale dos Vinhedos, Caminhos de Pedra e o município de Monte Belo do Sul. Nos respectivos territórios, analisa-se como se constitui o habitante em cada espaço de referência, e como a articulação entre vida doméstica e trabalho está relacionada à construção dos respectivos territórios.

---

<sup>1</sup> Em pesquisa realizada na base de dados *WEB of Knowledge* na busca por estudos sobre territorialidade humana nos últimos 20 anos nas áreas de geografia, ciência política, economia, antropologia, sociologia, planejamento e desenvolvimento, estudos urbanos, ciências sociais interdisciplinares e administração pública, foram encontrados os seguintes resultados: 3645 trabalhos publicados. Deste total, 33% foram publicados nos 10 primeiros anos (entre 1993 e 2002). Os 77% restantes aparecem contabilizados nos últimos 10 anos (entre 2003 e 2012). Salienta-se também que nos últimos 10 anos se verifica um incremento médio acumulado de 7% ao ano em publicações sobre o tema.

Desta forma, o presente ensaio está organizado conforme segue: apresentação de referencial teórico sobre (i) território e (ii) habitante, do (iii) posicionamento teórico adotado através do desenho de um quadro de referências que alicerça a discussão, (iv) apresentação de algumas proposições sobre o tema e, (v) considerações finais.

## DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Os debates sobre o *espaço* e mais precisamente sobre a *territorialidade humana* emergiram no final da década de 1960 (HAESBAERT, 2004). Contudo o conceito de “território” foi por um longo período negligenciado pelas Ciências Sociais. A falta de diálogo entre as diversas áreas das Ciências Sociais contribuiu para a ausência do debate. Porém, hoje a discussão sobre economia do território está na pauta e interessa ao meio acadêmico, pois o conhecimento acerca do tema está em plena construção.

Território é uma palavra chave em geografia contemporânea e pode ser definido como sendo a combinação de um determinado espaço e de um grupo humano que nele vive e, que se apropria e se identifica com esse espaço (FRÉMONT, 2006). Para Frémont (2006) o plano territorial inclui uma contradição fundamental entre o “território administrado” e o “território dos habitantes”. Há assim uma contradição no qual pesa o comportamento humano sobre todas as análises geográficas. O território administrado, de uma maneira ou de outra, imprime dever, obrigação àqueles que nele vivem. Inclui-se aqui as limitações, os controles, as fronteiras, as formalidades e obrigações de uma forma geral. Contraditoriamente, o homem exerce a sua liberdade dentro ou fora dos limites impostos pelo território, dependentemente do seu comportamento. Segundo Frémont (2006), a individualização contemporânea da sociedade estimula a iniciativa e a liberdade das pessoas rumo proporcionando uma mobilidade nunca antes vista, seja em função de trabalho ou lazer. Contudo, os territórios contemporâneos não têm mais aquela simplicidade e estabilidade das construções nacionais propostas pela era moderna. A dinâmica territorial contemporânea é marcada pelo paradoxo inércia e mudança, entre a necessidade de gerar liberdades e transgredi-la. Ainda segundo Frémont (2006), a geografia contemporânea deve encontrar caminhos diante dessa contradição.

Por sua vez, Ozouf-Marignier (2009) afirma que há basicamente três tendências de abordagem para a noção de território. A primeira, entende o território como um meio para as ciências sociais abordarem a lógica do “ator social” na análise da espacialidade social. Nesta vertente, os atores sociais, sejam eles eleitos ou membros da sociedade civil, são protagonistas do planejamento e da produção do espaço através de implementação de políticas baseadas na ideia de governança. Para Ozouf-Marignier (2009), o reconhecimento da importância da dinâmica social como central no conceito de território fomenta um questionamento importante: o território é algo dado ou construído? Aqui o autor salienta que uma hipótese não exclui a outra, mesmo que a segunda opção seja a seguida pela maioria dos pesquisadores sociais.

A segunda abordagem proposta por Ozouf-Marignier (2009) compreende o território como fruto da relação tempo-espaço. O espaço precisa da passagem do tempo, da repetição silenciosa e da maturação lenta para tornar-se território. O território surge de uma relação próxima entre espaço e tempo, o tempo consolida o território. Assim, o território é fruto de um processo circular entre atributos, propriedades do território (paisagem, denominações, patrimônio) e a própria ação humana. Desta forma o território se constrói, se cristaliza e se inscreve no imaginário da sociedade local.

Por fim, Ozouf-Marignier (2009) sugere que uma terceira abordagem que consiste em compreender o território como uma instituição política. Os anseios da sociedade civil autorizam a aplicação da autoridade política local. Nesta mesma direção, Haesbaert (2009) questiona se seria o território uma entidade eminentemente vinculada a processos de dominação político-econômica ou estaria também impregnado de simbolismos, de valores culturais capazes de sugerir outras formas de apropriação do espaço (ou seja, também, de “territorialização”)?

O conceito de território presume a existência de proximidade, seja ela *espacial* ou *não-espacial*. A proximidade *espacial* diz respeito à distância física, de tempo de transporte, do custo do transporte ou do custo da comunicação. A proximidade de essência *não-espacial* refere-se a proximidade organizacional, ou seja, a capacidade de uma organização em fazer com que seus membros interajam (isso pode ocorrer numa empresa, numa rede social, ou mesmo numa comunidade). A proximidade organizacional diz respeito ao emaranhado de formas socioeconômicas que estrutura os intercâmbios e as atividades dos atores sociais ou entidades coletivas (BOLBA-OLGA e GROSSETTI, 2006). Bolba-Olga e Grossetti (2006) optam por chamar a proximidade organizacional de *proximidadesocioeconômica*.

A *proximidade socioeconômica* é subdividida em (i) proximidade de recursos, sejam eles materiais e cognitivos e, (ii) proximidade de coordenação, referente a capacidade relacional e de mediação no tocante a normas sociais, linguagens, e padrões institucionalizados. Assim, o conceito de economia da proximidade abrange a *proximidade espacial* e a *proximidade socioeconômica* (BOLBA-OLGA e GROSSETTI, 2006).

De acordo com a economia da proximidade, a criação de um território presume a construção histórica de longa duração e a existência de discriminação parte dos atores envolvidos na sua criação. Problemas produtivos similares a serem resolvidos numa escala mesoeconômica fazem com que os atores se agrupem. Os motivos para que se agruparem podem ser diversos. O movimento de discriminação dos atores define beneficiários e os excluídos do ganho a ser alcançado (PECQUEUR, 2009). Há barreiras de entrada e saída no território construído. Aqui, a perspectiva de criação de riqueza se apegua a capacidade de grupos se organizarem e elaborarem processos originais de emergência de recursos (BENKO e PECQUEUR, 2001).

Neste sentido, Abramovay (2000) afirma que o desenvolvimento territorial apoia-se fundamentalmente na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região. É esta rede que permite a existência de uma dinâmica de “concorrência-emulação-cooperação” entre as organizações de certa região.

Por sua vez, Pecqueur (2009) entende que as características centrais da economia territorial são:

- A *sociedade e a comunidade estão em equilíbrio*. A característica principal é a autonomia da economia relativamente à política e, de forma mais geral, ao funcionamento da própria sociedade.
- O funcionamento e a organização dos sistemas produtivos territoriais são igualmente marcados pela *historicidade e pela memória coletiva*. O território “se impregna de valores culturais refletindo, para cada um, o pertencimento a um grupo localizado”.
- Finalmente, a terceira lição a ser tirada dos sistemas produtivos territoriais diz respeito à *reciprocidade*. A reciprocidade determina uma relação entre os agentes na qual eles são reconhecidos pelo fato de possuírem vida própria para além do nível das transações puramente comerciais. Na sociedade contemporânea, as relações de reciprocidade estão

presentes, por exemplo, na família, nas relações de amizade ou em algumas formas de relacionamento comunitário. A reciprocidade implica em fidelidade, gratidão e identidade.

O conceito de território também é entendido como o resultado de projetos coletivos ligados à construção de recursos específicos através da diferenciação dos seus produtos e serviços (MOLLARD, 2001). Entende-se assim a lógica da economia territorial utilizando-se o conceito de multifuncionalidade para justificar a estratégia de desenvolvimento territorial. O território pode ser definido ainda como a ação conjunta entre os atores sociais e agentes econômicos. De acordo com Pecqueur (2009, p.96):

O território não é somente um espaço postulado e pré-determinado, no qual se desenvolvem dinâmicas específicas sob a égide das autoridades locais. O território é, também, e talvez, sobretudo, resultado de um processo de construção e de delimitação efetivado pelos atores. Tal processo é eminentemente geográfico.

Segundo Prévôt-Schapira (1997, *apud* Azaïs, 2004) a adoção da ideia de território presume “uma construção histórica que encontra seu princípio unificador nas práticas sociais do momento”, distanciando-se nitidamente da ideia de “espaço” somente.

Para Pecqueur (2009), o entendimento do desenvolvimento econômico a partir da ótica do território pressupõe a adoção de uma perspectiva crítica no tratamento da noção de espaço na teoria econômica. São relevantes os aspectos mesoeconômicos da construção do espaço (construção coletiva do território) e não somente a análise do indivíduo ou o todo. O entendimento dos aspectos mesoeconômicos da construção do espaço direciona a pesquisa ao entendimento do “lugar” como um “espaço praticado”, da ação sobre o espaço que se dá ao longo do tempo. Há assim uma dinâmica, uma prática, uma ação particular de cada território, delimitado por seu cotidiano, conforme afirma Santos (1999). Portanto, a investigação a partir dos aspectos mesoeconômicos não diz respeito apenas à análise das relações causais institucionalizadas ou as estratégias de alianças entre diferentes instituições, mas sim da compreensão do fenômeno território a partir das construções intermediárias coletivas.

Azaïs (2004) reforça o aspecto *meso* da economia do território afirmando que o desenvolvimento econômico não é nem exclusivamente exógeno, nem exclusivamente endógeno, pois:

(...) entendê-lo na sua dimensão endógena equivaleria a extirpar as determinações de ordem macroeconômica ou macrosocial; captar somente a dimensão exógena, por sua vez, levaria a negar a importância da estruturação socioeconômica e histórica, produto das instituições e dos homens que “fazem” o território e nele trabalham. Tal procedimento conduziria a esconder a dimensão mesoeconômica ou mesossocial, a apreensão do território ficaria, portanto, escamoteada (AZAÏS, 2004, p.36).

O território na sua dinâmica própria não é apenas um simples receptáculo de agentes econômicos interessados em tirar algum proveito momentâneo. Pelo contrário, o território tem uma lógica própria não somente ligada a sua capacidade produtiva, mas também de desenvolver e apoderar-se das externalidades positivas e fazê-las render, sendo assim, um agente inovador. O território desempenhará um papel incitador e regulador de interesses múltiplos e divergentes, graças as instituições que souber reunir, tornando-se assim, agente econômico do seu próprio desenvolvimento (AZAÏS, 2004).

Pode-se dizer ainda que o território vai além de um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território em uso, território vivido (SANTOS, 1999). O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Desta forma, a lógica do território presume a existência de uma inscrição identitária coletiva e de um sentido de pertencimento dos indivíduos que trabalham e vivem no território. Neste caso o “território de vida” e o “território do trabalho” estão imbricados e não separados conforme ocorre com o assalariado tradicional (AZAÏS, 2004).

## **AVANÇANDO NA DIREÇÃO DO CONCEITO DE HABITANTE**

A importância da investigação da conexão entre lugar e sujeito é evidente nos estudos contemporâneos de sociologia ou geografia humana, que investigam a relação de indivíduos ou grupos de determinado lugar ou território. Neste caso, a análise da experiência humana em territórios específicos serve de base para a compreensão dos limites da sua ação, oferece referências sobre a sua memória e também elementos para descrever as diferentes modalidades de pertencimento humano ao espaço no qual ele habita (LEVY e LUSSAULT, 2003).

Para Sartre e Berdoulay (2005) as pesquisas contemporâneas têm mostrado que sujeito e lugar são inseparáveis, ou seja, um não existe sem o outro. Essa visão geográfica do sujeito e do lugar nos convida a revisitar os espaços nos quais os sujeitos estão inseridos, o que parece mais justificável ainda no atual contexto de aspirações democráticas e das transformações geopolíticas em curso.

O conceito de sujeito tem sido discutido desde a afirmação das ciências sociais no século XIX, ganhando maior espaço após o início das discussões sobre desenvolvimento local (BERDOULAY *et al.* 2010). Despontam assim estudos sobre autonomia, democracia e cultura local. Com os estudos de desenvolvimento local cresce a preocupação com um sujeito autônomo e ativo que quer dominar as condições da sua vida individual ou coletiva. Há interesse por um sujeito que assume seu próprio destino. Surgem também estudos sobre democratização e participação no desenvolvimento local em oposição às políticas de desenvolvimento modernistas de cima para baixo ao ponto. Sartre e Berdoulay (2005) ilustram essa prática com um exemplo ocorrido na Amazônia brasileira no qual a população local se opõe à política de desenvolvimento imposta pelos especialistas em desenvolvimento local.

Segundo Sartre e Berdoulay (2005), há uma verdadeira revolução epistemológica em curso, cujas dimensões ainda são desconhecidas. Ela nos lembra da necessidade de melhor entender a noção de sujeito, numa perspectiva disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, pois o seu impacto atinge até as demandas de enquadramento da ação no planejamento e desenvolvimento local. Diante de uma crescente complexidade conjuntural, o próprio sujeito da ação é diferente, conforme afirmam Sartre e Berdoulay (2005):

O sujeito não é um indivíduo que realiza no seu comportamento lógicas exteriores a ele, lógicas que somente ele aplicaria. O sujeito deve compor com as contradições que essas lógicas geram em outros contextos. Ele deve assumir tensões, problemas, conflitos que lhe são impostos e construir assim as suas próprias trajetórias. (SARTRE e BERDOULAY, 2005, p.114).

A relação entre sujeito e local também é abordada por Carlos (2007) afirmando que:

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (CARLOS, 2007, p.22).

De acordo com Gumuchian *et al.* (2003, p. 2) na geografia social o ator aparece como evidência sendo a ele tratado por diversos nomes: ator institucional, político, associativo, econômico, habitante, residente, estrangeiro, militante, turista, caçador, defensor do meio ambiente, assalariado, trabalhador, desempregado, excluído, cidadão, agricultor, produtor rural, etc..

Neste sentido Gumuchian *et al.* (2003) buscam clarificar a noção de “ator territorializado”<sup>2</sup>, engajado com o desenvolvimento territorial. A investigação de ator permite explicar o processo dinâmico de territorialização através das práticas e trajetórias daquele espaço específico (GUMUCHIAN *et al.* 2003).

Mesmo que o conceito de território seja entendido como “um jogo de representações em vários atos no qual o ator social é onipresente” e que a relação espaço e sociedade seja fundamental em geografia, o ator territorializado tem sido frequentemente deixado em segundo plano pelas análises da geografia contemporânea, sendo ainda tratado como uma “caixa preta” (GUMUCHIAN *et al.* 2003). Contudo, atualmente, é imprescindível a investigação da organização e do funcionamento do território a partir da relação homem / espaço, ou melhor, a partir de um objeto único, o “espaço dos homens”.

Para tanto, aproximando os temas território e ator, Gumuchian *et al.* (2003) apresentam questionamentos importantes nesta interface, tais como: quem é esse ator onipresente? Em que situação ele se encontra e como ele está associado ao território? Existe uma categoria de “ator territorializado” que torne possível uma leitura do território, da sua organização e de seu funcionamento?

Já para Di Méo (1987), é indispensável a investigação da natureza dos atores que produzem e dão sentido ao espaço social. Isto significa investigar a exploração da riqueza das relações dialéticas "espaço sociedade". Di Méo (1987) pressupõe que a sociedade classifique os homens mesclando critérios econômicos e hereditários tipicamente ideológicos. Assim, propõe responder a seguinte questão: como identificar uma sociedade local em relação a um espaço e cultura específicos?

Buscando responder tal questão, Di Méo (1987) afirma que as relações entre sociedade e espaço estabelecem-se em níveis de desigual complexidade a partir do espaço, simples suporte material dos fatos sociais, dos espaços de representações, de símbolos e do imaginário. O indivíduo é confrontado com o espaço local, quadro de vida e de estratégias socioeconômicas estabelecidas por relações de diferentes intensidades. Ao defrontar-se com o espaço, o indivíduo entende-o de duas maneiras: (i) como um produto, um objeto essencialmente econômico a sua disposição, ou (ii) identifica-se com ele, como substrato de sua cultura, das dimensões econômicas e políticas da sua existência. Essas duas perspectivas, segundo Di Méo (1987)

---

<sup>2</sup>Gumuchian *et al.* (2003, p.118) apresentam uma taxonomia para o “ator” de acordo com seu grau de engajamento com o território, sendo o “ator territorializado” aquele profundamente ligado e mobilizado em relação as questões do desenvolvimento local.

separam o ator exógeno do endógeno. O ator endógeno é o protagonista da vida local profundamente enraizado no território. Seus esquemas de percepção, de pensar e agir são resultantes de um processo "genético" profundamente estruturado através de um fluxo de informações, ligados a seu espaço social de referência (DI MÉO, 1987). Por sua vez, os atores exógenos são aqueles cujas representações e ações visam uma formação sócio espacial dada, constituindo-se num grupo muito mais numeroso do que os atores endógenos. Por fim, Di Méo (1987) salienta que existe um ator intermediário entre o endógeno e o exógeno.

No sentido de apoiar a discussão teórica sobre o habitante, é importante considerar os estudos que tratam do significado e dos modos de "habitar" historicamente (HOYAUX, 2002; LAZZAROTTI, 2006; STOCK, 2004). Neste sentido Hoyaux (2002) discute de forma aprofundada o conceito de "habitar" a partir da geografia e da filosofia com base na fenomenologia de Martin Heidegger. O autor preocupa-se com a ontologia do conceito de habitante, com a relação entre o habitar e o construir, enfatizando que é preciso considerar a mudança da visão objetivista para a interpretação construcionista para o entendimento da relação entre território e habitante

Por sua vez, Lazzarotti (2006) analisa o conceito de habitar sobre outra perspectiva. Segundo ele, habitar significa co-produzir o mundo, coletivamente. O homem possui um capital geográfico relacionado a seus saberes conscientes e inconscientes que sustentam essa co-produção do mundo, o habitar. Lazzarotti (2006) afirma ainda que o lugar não é mais a terra, mas o próprio homem e que a análise do habitante só é possível no ambiente em que ele vive. Construir-se é construir-se no lugar e isso implica a relação com os outros habitantes do mesmo lugar. O que produz a singularidade de cada habitante não é o fato de ser habitante em si, mas sim o fato de estar entre os outros habitantes.

Contribuindo com a discussão sobre o conceito de habitar, Stock (2004; 2005) trata do conceito de habitar como prática do lugar. Traz à pauta a discussão contemporânea ligada à hipótese da mobilidade geográfica que altera as práticas e valores em diversos domínios: turismo, residência, migração, etc..

Stock (2004), alinhado a Certeau (1998) entende que habitar significa "praticar o lugar". Há, portanto uma articulação entre a prática e a significação do lugar. A questão de habitar é, portanto uma questão de prática associada à representações, símbolos e imaginários que tem por referência o lugar geográfico. Em outras palavras, habitar é a prática espacial pré-reflexiva, tendo o espaço como recurso das ações no cotidiano. E são as práticas espaciais intencionais que são consideradas como relevantes para o trabalho de Stock (2004), pois segundo ele, a maior parte das ações dos homens são vocacionadas a organizar o espaço geográfico. Stock (2004) salienta que "prática" a qual se refere não significa apenas frequentar o lugar, mas diz respeito sim ao comportamento e a ação no lugar. Praticar o lugar significa experimentar, implementar ações com certo significado. Assim o foco está fundamentalmente sobre como o espaço é praticado.

## **POSICIONAMENTO TEÓRICO SOBRE TERRITÓRIO E HABITANTE**

A valorização e retomada das discussões acerca da relação entre espaço e sociedade é evidente atualmente. De acordo com Haesbaert (2004), o aparato tecnológico informacional à nossa disposição hoje em dia proporciona novos espectros para compreensão do fenômeno "territorialidade humana". A lente até então utilizada para entendimento das relações sócio espaciais mostra-se defasada, pois novos e múltiplos elementos entram em cena.

Haesbaert(2004) propõe ainda que dicotomias precisam ser revistas e novos significados encontrados, dando conta da realidade contemporânea. Têm-se assim dois conceitos complexos e indissociáveis (território e habitante) e a transdisciplinaridade impõe-se como necessária, mesmo que tradicionalmente cada disciplina privilegie alguns aspectos particulares dessa relação. Isso se verifica na própria origem do conceito de território. Na Geografia o conceito diz respeito principalmente a espacialidade humana, a materialidade do território; para a Ciência Política a ênfase está na construção de relações de poder; para a Economia, o território é percebido como um valor locacional ou como uma base de produção; na Antropologia, a ênfase está na dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; na Sociologia dá-se o enfoque à intervenção nas relações sociais e, finalmente, na Psicologia incorpora-se a construção da subjetividade ou da identidade pessoal (HAESBAERT, 2004).

Contudo, mesmo diante da polissemia atribuída aos conceitos de território e habitante, cabe aqui definir algumas escolhas de ordem epistemológicas que servem de delineamento para a análise aqui proposta, conforme indica Haesbaert (2009). Desta forma, território e habitante no presente ensaio são entendidos conforme os conceitos apresentados a seguir.

O território é fruto do jogo de atores sociais que fazem parte dele (Haesbaert, 2009). Nesta vertente, de acordo com Ozouf-Marignier (2009), os atores sociais, sejam eles eleitos ou membros da sociedade civil, são protagonistas do planejamento e da produção do espaço, do processo de territorialização enfim. Para Ozouf-Marignier (2009), o reconhecimento da importância da dinâmica social como central no conceito de território fomenta o seguinte questionamento: o território é algo dado ou construído? Contudo, no presente trabalho opta-se pela segunda hipótese. O território como algo dinâmico e que se constrói constantemente. Pode-se afirmar ainda que:

(...) o território, mais do que uma definição acadêmica pretensamente bem articulada dentro de uma constelação (teórica) de conceitos, é também um conceito construído nas lutas sociais que dele fazem uso, que o demarcam, que o transformam em “arena política”, que o refazem, enfim, como conceito, a partir da própria prática social. Território, sem dúvida, é um conceito político tanto em seu sentido mais acadêmico (enquanto categoria analítica) quanto num sentido mais prático (como instrumento de/para muitas lutas sociais) (HAESBAERT, 2009).

Percebe-se assim que na sua origem o território está impregnado de aspectos relacionados às relações de poder, sendo ele um “espaço para um jogo de representações em vários atos no qual o ator social é onipresente” (GUMUCHIAN *et al.*, 2003). Neste sentido é possível salientar ainda que:

O território resulta desse processo de discriminação. Um território (que pode, portanto, ser provisório e incompleto) é a conjunção do espaço comum abstrato construído por grupos e de um espaço físico, quando esse último contribui para a elaboração do recurso que fundamenta o “interno” em relação ao “externo”. O território assim constituído tem, portanto, uma função particular de excluir outros atores que não aqueles sediados no seu interior (PECQUEUR, 2009, p.97).

Compreende-se ainda aqui, o território como funcional e simbólico identitário, não havendo dicotomia neste caso. Segundo Haesbaert (2007) isso ocorre, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. Porém, o recurso territorial também não é somente “coisa” ou matéria em si. Carrega consigo aspectos

ideológicos, advindos da intencionalidade dos seus atores. Esse objeto intencionalmente constituído, o recurso territorial, pode ser de cunho material (fauna, flora, terreno, etc.) ou imaterial (de valores como autenticidade, historicidade, etc.). Assim, recursos não são somente meios disponíveis aos indivíduos específicos e que podem ser transformados em riqueza através de processos produtivos. Neste caso, a ideia de recursos vai além da posse de terras, da disponibilidade de força de trabalho, de capital ou matérias-primas, dos recursos inertes. A chave para o conceito de recurso territorial proposta por Gumuchian e Pecqueur (2007) está justamente em perpassar essa noção trivial de recurso, buscando então compreendê-lo como a capacidade de iniciativa e de realização dos atores locais a fim de darem um novo sentido aos recursos disponíveis, sejam eles materiais ou imateriais. Essa nova perspectiva para compreensão do conceito de recurso territorial está no cerne do entendimento do conceito de território como um espaço praticado de maneira intencional. Os atores pertencentes ao território imprimem intencionalidade aos recursos iniciais disponíveis no território. Desta forma transformam tal recurso, dando um novo sentido a ele, em prol do desenvolvimento do território. Assim, pode-se entender que existe um “potencial” nos recursos disponíveis no território (GUMUCHIAN e PECQUEUR, 2007).

Portanto, o território é entendido como um projeto socioeconômico e político, geograficamente situado e plural em termos de espaços e referências culturais e sociais. É também um espaço praticado, um “lugar” fecundo em relações sociais, de proximidade, de vizinhança, que vão além das transações puramente econômicas. É um espaço vivido, marcado pela história e memória coletiva, pelo exercício de reciprocidade, de cooperação, de conflitos e de dialéticas entre o local e o global.

Esse espaço dinâmico, o território, constantemente precisa ser reinventado, pois é regido de acordo com as “práticas sociais do momento”, remetendo aqui a ideia da relação entre espaço e tempo, proposta por Haesbaert (2004). Acrescenta-se ainda que os territórios não são campos de manobra, mas “atores”; têm um papel de “intermediação territorial” o que afasta qualquer apreciação determinista quanto à sua emergência e ao seu desdobramento. A territorialidade, neste caso é basicamente a “relação entre os homens”, permitindo que a vida e o trabalho no território construam vínculos sociais (AZAÏS, 2004). Pressupõe-se então que o território seja um campo de forças, como um lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o econômico e o uso social dos recursos (SANTOS, 1999, p.21). A partir deste olhar é possível identificar novos elementos (imersos na dinâmica social, nas práticas sociais “daquele” momento) que permeiam as relações econômicas e que não têm sido considerados pela abordagem tradicional, conforme salienta Granovetter (2007) e que impactam sobre o desenvolvimento territorial.

Assim, o território é, muito mais do que coisa ou objeto, “um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (RIBEIRO e MILANI, 2009). Compreende-se também o território como define Carlos (2007), a partir da noção de lugar, ou seja: como um lugar de produção de relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Carlos (2007) enfatiza ainda que é no território que o homem se reconhece porque este é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. “No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade

da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si” (CARLOS, 2007).

Entende-se também que o território possui a propriedade ser complexo e múltiplo, fato que segundo Haesbaert (2009), decorre dentre outros fatores de seu próprio caráter inter ou transdisciplinar, pois mesmo o território na sua concepção mais tradicional, vinculada à soberania do Estado-nação, também é múltiplo.

Outro traço fundamental do território é a existência de relações de proximidade, tanto espacial quanto socioeconômica. Desta forma subentende-se proximidade de recursos, sejam eles materiais e cognitivos e, proximidade de coordenação, referente a capacidade relacional e de mediação no tocante a normas sociais, linguagens, e padrões institucionalizados (BOLBAOLGA e GROSSETTI, 2006; TORRE, 2009). De acordo com Torre (2009), a proximidade geográfica por si só é neutra em essência. Contudo, são as percepções e ações humanas de diferentes grupos humanos que dão uma dimensão positiva ou negativa ao território.

Entende-se ainda e fundamentalmente que o cotidiano seja o elemento que interliga a relação entre sujeito e espaço. A prática cotidiana baseada na “ação pré-reflexiva e intencional” de seus habitantes é que dá significado ao território e reforça os laços identitários desses com o espaço vivido ao longo do tempo. São as diferentes maneiras de praticar (intencionalmente) o lugar que definem os habitantes (STOCK, 2004). Habitar é praticar o espaço e o “como esse espaço é praticado” é um elemento central da presente discussão.

Presume-se então, que o habitante seja um ente social central da construção territorial. No presente desenho conceitual, trata-se de um “sujeito” endógeno (DI MÉO, 1987), de um ator territorializado, próximo do sugerido por Gumichian *et al* (2003) e que tem um modo de habitar peculiar, engajado, implicado, comprometido com o projeto do território. Esses atores centrais estão implicados numa luta social (HAESBAERT, 2009), num processo de (des)construção espacial.

Pela própria origem das relações de proximidade, de vizinhança, pelo fato de partilharem recursos materiais e cognitivos (*savoir-faire*), da existência de laços identitários frutos do transcurso de tempo no espaço, emergem relações de reciprocidade que, por sua vez, tem impacto no desenvolvimento territorial conforme Radomski e Schneider (2007). A existência de reciprocidade implica em relações sociais além do nível das transações puramente comerciais. Por consequência,

(...) o agente que se insere num dado sistema de reciprocidade deve poder contar com a manutenção, no tempo, da sua identidade relativamente a um conjunto mais complexo: os ofícios, a família, a comunidade, o grupo social e mesmo o território (na sua acepção de uma construção de atores). A relação de reciprocidade enraíza-se, assim, na identidade social dos agentes econômicos, pressupondo-se que esse sentimento de identificação seja suficientemente estendido ao ambiente de proximidade dos agentes. Em outros termos, a reciprocidade é constitutiva dos processos de territorialização (PECQUEUR, 1009, p. 89).

Finalizando o desenho aqui proposto para a relação entre homem e espaço, salienta-se que os territórios aqui tratados são pensados como sistemas produtivos localizados, igualmente marcados pelos aspectos acima apresentados. Com efeito, uma característica essencial desses sistemas é a construção social de um capital cognitivo coletivo. Além de um capitalismo ligado às racionalidades individuais reguladas pelo mercado, existem também espaços povoados por diversos atores econômicos, sejam trabalhadores autônomos ou assalariados, empreendedores,

produtores rurais, associações, entre outros, e que interagem com as condições de colocação dos produtos no mercado (PECQUEUR, 2009).

Para Sartre e Berdoulay (2005), o desenvolvimento local aparece no centro de várias preocupações científicas e profissionais, pois o estatuto local mudou. O entendimento da noção de sujeito (ator social) numa perspectiva multidisciplinar é fundamentais. Observa-se no mundo contemporâneo uma diversificação dos espaços de referência, dos espaços de pertinência cultural e social, a ponto de alguns acharem que o lugar não é mais uma realidade da vida social. Essa diversificação exige na verdade um maior investimento do sujeito: é ele que tem de dar uma coerência a seu próprio mundo, e, portanto, a sua própria identidade. A pluralidade do sujeito responde à multiplicidade dos espaços de referência (SARTRE e BERDOULAY, 2005 p.114). Esta complexidade e pluralidade de espaços geram múltiplos sujeitos que são indissociáveis do lugar onde vivem. Portanto, a perspectiva do sujeito e do lugar nos convida a visitar e investigar os espaços nos quais os sujeitos estão inseridos.

Desta forma, apresenta-se a seguir na figura 1 de forma resumida as escolhas teóricas feitas no presente ensaio.



**Figura 1 – Relação entre território e habitante**

Fonte: Elaborado pelo autor

Não há intenção aqui de determinar relações estritas entre os conceitos acima apresentados, mas sim de sugerir uma abordagem para a análise da dinâmica entre territórios específicos e seus habitantes. Assim, a partir do desenho proposto tem-se o habitante no centro do processo de constituição e construção contínua do território, que envolve o transcurso de

tempo e a prática de tal espaço, seja por apropriação ou possessão. O território nessa perspectiva é território somente *a posteriori* da ação dos atores sociais que habitam o território. O território por sua vez é entendido também como sendo funcional e simbólico ao mesmo tempo, dispondo de recursos materiais e cognitivos que são mobilizados por seus habitantes de forma intencional no cotidiano do território através de diferentes “modos de habitar”. Os mundos da vida doméstica e do trabalho se mesclam nessa perspectiva, não havendo dicotomia neste caso como propõe Azaïs (2004). Dadas as relações de proximidade existentes e a trajetória de vida coletiva, tem-se laços identitários, historicidade e relações de reciprocidade de toda ordem.

Sugere-se que a compreensão de como se dá a articulação dos elementos acima expostos possa ajudar a compreender a dinâmica do território. Uma importante questão que pode ser levantada em relação a determinado território é: por que as pessoas não migram do território mesmo que ele esteja em dificuldades (socioeconômica ou política)? Migrar nesse caso significa sair definitivamente do território, abandoná-lo.

Neste ponto, propõe-se que a lógica de Stock (2004), para os “modos de habitar”, e a existência de relações de proximidade, por Bolba-Olga e Grossetti (2006), possam dar pistas para construção de uma resposta. Primeiramente, tem-se a hipótese “modos de habitar” como elemento comportamental, no qual habitar uma questão de prática associada às representações, símbolos e imaginários que tem por referência o lugar geográfico, base dos recursos materiais e cognitivos. Por sua vez, entende-se também que relações de proximidade, tanto material quanto socioeconômica no transcurso do tempo, tem como consequência (hipótese a ser analisada), algum nível de engajamento do ator social com o respectivo território. Por esta hipótese a construção do território está ligada a relações sociais de vizinhança que implicam em teias econômicas e sociais de reciprocidade, como abordado por Radomski e Schneider (2007). Desta forma, territórios aparentemente semelhantes podem apresentar diferentes aspectos e peculiaridades ligadas ao trabalho e a vida naquele espaço, explicados a partir das relações dos indivíduos com a família, com seus amigos e como a comunidade em geral. Para Radomski e Schneider (2007), as relações de reciprocidade, proximidade, amizade e parentesco podem ser constituintes de redes sociais e econômicas capazes de impactar diretamente no modo de desenvolvimento do território. De acordo com Radomski e Schneider (2007) as redes se desenham no território (elas criam territorialidades), realizando-se por meio de atores diversos.

Obviamente que há uma diversidade de tipos de atores sociais que participam da construção de territórios, sejam eles tratado por: ator institucional, político, associativo, econômico, habitante, residente, estrangeiro, militante, turista, caçador, defensor do meio ambiente, assalariado, trabalhador, desempregado, excluído, cidadão, agricultor, produtor rural, etc., como apresenta Gumuchiamet al (2003). Esse espectro de tipos de atores possuirá níveis diferentes de engajamento com o território, conforme tipologia proposta também por Gumuchiamet al. (2003) ou mesmo Di Méo (1987). Contudo, acredita-se no papel central exercido pelo habitante no desenvolvimento territorial conforme afirma Pecqueur (2009). Sugere-se assim que esse engajamento territorial seja avaliado primeiramente por estudos exploratórios que permitam identificar elementos para a construção de um método que permita melhor mensurar o nível de engajamento dos habitantes com o território e a existência ou não de correlação entre o nível de engajamento territorial como o padrão de desenvolvimento territorial. Desta forma, seria possível, por exemplo, comparar territórios diferentes a partir de uma mesma escala de medida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do debate em curso sobre espaço e sociedade nos diversos campos do conhecimento, sugeriu-se aqui algumas reflexões referentes à prática do lugar, com enfoque no habitante do território.

O referencial aqui tratado indica ser fundamental investigar este novo tipo de ator, sujeito ou habitante que emerge das novas relações sociais, econômicas e políticas territoriais contemporâneas. Uma questão central deste debate é se é possível ler, interpretar, compreender o território a partir do habitante. Percebe-se que o esforço de estabelecimento de uma taxonomia para o conceito de ator, sujeito ou habitante, seja através de uma classificação social como propõe Di Méo (1987) ou de acordo com o posicionamento do ator territorializado e sua implicação com o local (território) como sugerem Gumuchian *et al.* (2003) sejam passos importantes no sentido de estimular pesquisas empíricas que busquem melhor compreender as práticas que ligam os indivíduos ao espaço habitado.

Como afirma Abramovay (2000) a ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. Entende-se que existem esforços teóricos para melhor definir o conceito de habitante e sua relação com o território, mas faltam estudos empíricos no sentido de identificar no terreno a comprovação dos aspectos teóricos levantados, conforme salientam Abramovay (2000) e Haesbaert (2009).

Enfim, acredita-se que a identificação e compreensão das práticas sociais do “habitante” em territórios específicos enriquece o debate e abre inúmeras possibilidades teóricas e práticas de implementação de estratégias de desenvolvimento territorial mais democráticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada* – nº número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000
- AZAÏS, C. Território e trabalho: uma inscrição em temporalidades diferentes. *Novos Cadernos NAEA*, v.7, n.1, p.31-56, jun. 2004.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, Florianópolis, v.16, n.32, p31-50, jul.dez. 2001.
- BOLBA-OLGA, O.; GROSSETTI, M. *Socio-économie de proximité. Cinqüièmes Journées de la Proximité*. Bordeaux, juin, 2006.
- CARLOS, A. F. A.. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Ed. Vozes. Petrópolis, 1998.
- SARTRE, X. A. ; LAPLACE-TREYTURE, D.; BERDOULAY, V. La question du sujet et la géographie. *Manuscrit auteur, publié dans Cahiers de géographie du Québec* 54, 153 (2010) 397-418.
- DE SARTRE, X. A.; BERDOULAY, V. Le développement local dans la perspective du sujet géographique. *Manuscrit auteur, publié dans "Hégoa*, 25 (2005) 6-14.

- DI MÉO, G. Objectivation et représentation des formations socio-spatiales : de l'acteur au territoire. *Ann. Géol.* n. 537, 1987.
- FRÉMONT, A. Les territoires entre nécessité et liberté. In: BLETON-RUGET, A., COMMERÇON, N., GONOD, P. Territoires institutionnels, territoires fonctionnels. Institut de Recherche du Val de Saône-Mâconnais. 2006.
- GUMUCHIAN, H.; GRASSET, E.; LAJARGE, R.; ROUX, Emmanuel. Les acteurs, ces oubliés du territoire. *Anthropos*. Paris, 2003. 186 p.
- GUMUCHIAN, H.; PECQUEUR, B. La ressource territoriale. Ed. *Anthropos*, 2007, 254 p
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Territórios e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* - Ano IX - No 17 - 2007.
- HAESBAERT, R. Prefácio. In: RIBEIRO, M. T. F., MILANI, C.R.S., orgs. *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p. ISBN 978-85-232-0560-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- HAESBAERT, R. Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HOYAUX, A.. Entre construction territoriale et constitution ontologique de l'habitant : Introduction épistémologique aux apports de la phénoménologie au concept d'habiter. *Cybergeog* : *European Journal of Geography*, article 216, mai 2002.
- LAZZAROTTI, O. Habiter la condition géographique. Belin – Paris. 2006, 287 p.
- LEVY, J. ; LUSSAULT, M. Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés, Paris, Belin, 2003.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial : une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Economie rurale*, N° 263, mai-juin 2001, pp. 16-34.
- OZOUF-MARIGNEIR, M.. Le territoire, le géographe et les sciences sociales : apports historiques et épistémologiques. In : VANIER, M. Territoires, territorialité, territorialisation : controverses et perspectives. Presse Universitaires de Rennes, 2009 pp.31-35.
- PECQUEUR, B. 2010 – Vídeo conferência disponível em: <[www.dailymotion.com](http://www.dailymotion.com)>
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. In: *Économie rurale*. N.261, 2001. pp.37-49.
- PECQUEUR, B.; ZIMMERMANN, J-B. Les fondements d'une économie de proximités. In: *Economie de proximités*, Edition Lavoisier/Hermes Science, 2004.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. *Política e Sociedade*. Dossiê, n.14, abril, 2009.
- RADOMSKI, G.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, maio/ago. 2007.
- RIBEIRO, M. T. F., MILANI, C.R.S., orgs. *Compreendendo a complexidade socioespacial*

contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p. ISBN 978-85-232-0560-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: \_\_\_\_\_. A natureza do espaço, São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: Cadernos IPPUR, ano XIII, nº 2: 15 – 26, ago-dez, 1999.

STOCK M., 2004 L'habiter comme pratique des lieux. Espace temps.net. 2004. (<http://www.espacestems.net/document1138.html>)

STOCK M., Les sociétés à individus mobiles : un habiter poly-topique ? L'exemple des pratiques touristiques.

Espace temps.net. 2005. (<http://www.espacestems.net/document1353.html>)

TORRE, A. Desenvolvimento local e relações de proximidade: conceitos e questões. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 4, N.7, p. 27-39, set. 2003.